

GAZETA MERCANTIL

Sarney afirma que necessita de apoio do Poder Legislativo

28 OUT 1987
1861 110 92
por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

O presidente José Sarney afirmou na última sexta-feira, no programa Conversa ao Pé do Rádio, que ao nomear quatro deputados para os cargos de ministro, desejou "estabelecer um estreito laço entre o Congresso e o governo, estreitando mais as relações e o Poder Executivo e o Poder Legislativo (...) Para que, através desse intercâmbio, desse conhecimento recíproco, se possa consolidar o processo democrático".

O presidente da República procurou também "transmitir uma palavra de tranquilidade" diante das notícias de invasão de uma prefeitura no interior do Paraná por um grupo de militares armados. "Esse ato não é sincero e de nenhuma maneira dentro de nenhum protesto aos nossos projetos de abertura política nem à transição democrática. As Forças Armadas têm sido um grande sustentáculo da transição democrática", arrematou Sarney.

A seguir, a íntegra do pronunciamento do presidente da República:

Os laços com o Congresso

Brasileiros e brasileiras, bom dia.

Aqui, vos fala, mais uma vez, o Presidente José Sarney, nesta Conversa ao Pé do Rádio, desta sexta-feira, 23 de outubro.

Daqui a pouco, eu darei posse aos novos ministros, que convoquei para ajudar nas tarefas do Governo.

O Ministro Renato Archer, que era ministro da Ciência e Tecnologia, ocupará o Ministério da Previdência. Teremos ainda três novos ministros. O deputado Luis Henrique, que era líder do PMDB na Câmara dos Deputados, ocupará a pasta da Ciência e Tecnologia, o Deputado Borges da Silveira, do Paraná, ocupará a pasta da Saúde, e o Deputado Prisco Viana, da Bahia, a pasta da Habitação, Urbanização e Meio Ambiente.

Todos são parlamentares experientes, consagrados com grandes votações nas últimas eleições.

O que eu desejo é estabelecer um estreito laço entre o Congresso e o Governo, de modo que tenhamos congressistas participando do Governo, estreitando mais as relações entre o Poder Executivo e Poder Legislativo. Nós não tínhamos até agora nenhum deputado, ou senador, no nosso Ministério e nós achamos que é necessário um entrosamento maior Congresso—Poder Executivo para que, através desse intercâmbio, desse conhecimento recíproco, se possa consolidar o processo democrático.

Nós não estamos também só fazendo uma troca de ministros.

Nós estamos também neste instante fazendo algumas profundas reformas na máquina administrativa.

O Ministério do Desenvolvimento Urbano, agora também Ministério da Habitação, e colocamos também a Caixa, que é o maior banco do desenvolvimento social do Brasil, fazendo parte desse Ministério. Para financiar escolas, para financiar casas de saúde, para financiar programas habitacionais, particulares e públicos.

Nós devemos dizer que na nossa fala de televisão no dia 7 nós tivemos oportunidade de dizer que teríamos um plano de emergência para construção de casas ao pessoal de baixa renda.

Nós vamos iniciar esse programa, esperamos dentro de seis meses construir algumas centenas de milhares de casas. E vamos fazer esse programa de emergência através de projetos não-convencionais, como o mutirão, e fazer uma investida grande no setor de habitação popular, que é um dos setores que está afligindo mais nosso povo. O que nós desejamos é que todos os brasileiros possam ter a oportunidade da casa própria.

"Não tínhamos nenhum deputado ou senador no governo"

Também extinguimos o Inbra, para evitar o duplo comando e centralizar as operações da reforma agrária. Reforma Agrária, como eu disse, também no compromisso que assumi com a nação, que deve ser dinamizada com a mudança da estrutura do Ministério, com a fusão do Inbra no Mirad, dois órgãos que competiam entre si, o que os tornava ineficientes. O pessoal e o patrimônio do Inbra passaram para o comando direto do Mirad, onde tem ocupado a pasta o Ministro Jader Barbalho. Ao mesmo tempo conseguimos acabar com um dos obstáculos mais sérios que a reforma agrária enfrentava, e que estava, como eu disse em algumas vezes, se politizando muito.

E agora nós também fizemos algumas modificações: só poderão ser desapropriados os grandes latifúndios que representam apenas 1% dos proprietários de terras do Brasil. Eles possuem juntos mais de 200 milhões de hectares e nós só precisamos de 30 milhões de hectares para reforma agrária. Isso quer dizer que tranquilizamos os pequenos proprietários, porque nós estabelecemos que até 250 hectares no Sul e no Sudeste não podem ser desapropriados desses pequenos proprietários. No Nordeste, quem tiver até 500 hectares também não pode ser objeto de desapropriação, e na Amazônia legal 2500 hectares porque lá a região é sempre muito mais ampla também tem o problema do IBDF e pela obrigação de destinar a metade para a reserva florestal.

Portanto, eu acho que outro assunto também que nós colocamos na lei é que cada um que for desapropriado até numa ordem de 3000 hectares tem direito a fazer uma reserva de 25%: aliás até 10 mil hectares, tem direito de fazer uma reserva de 1/4 para ele, onde estão as suas benfeitorias, as suas localidades, onde ele mora, onde tem as suas plantações e, uma vez que ele aceite ficar com 25%, imediatamente o Ministério entra na posse da terra, podendo dinamizar mais rapidamente a reforma agrária.

Isso não vai prejudicar de nenhuma maneira o andamento da reforma agrária porque essa reforma é feita imediatamente. Nós estamos tranquilizando os pequenos proprietários. Quem estiver produzindo, o pequeno proprietário, já sabe que não será objeto de ser atingido pela reforma agrária. Vamos pegar o latifúndio improdutivo, vamos pegar quem não produz, vamos pegar aqueles que têm a terra apenas como fim especulativo. E então é dinamizar imediatamente nessa área a reforma agrária e não ficar nessa luta histórica em que nós estávamos. Estamos assistindo proprietários, os pequenos, sem motivação nenhuma, e aqueles que realmente necessitam da terra.

Segunda-feira é o feriado do serviço público com antecipação do Dia do Servidor, que cairá este ano no sábado, dia 28. Devo assinar uma série de atos na área da Secretaria Especial de Administração, dos quais o mais importante será o sistema de carreira no serviço civil.

Nós queremos dar aquela estatuta ao serviço público. Nós iremos inaugurar a Escola Nacional de Serviço Público, que vai estabelecer não somente condições de competência de mérito, para todos aqueles que vão seguir os diversos degraus da carreira, fazendo carreira no serviço público. E estabelecendo um sistema de garantias para progressão, para promoção, valorização e aprimoramento profissional.

Quero dizer, também, e lembrar que no setor de educação nós já conseguimos ampliar para 270 dias por ano o atendimento às crianças que recebem merenda escolar. O projeto, por exemplo, dos irmãosinhos e as crianças menores não matriculadas nas escolas e que também recebem alimentação, passou a atender 32 milhões de crianças. E também através do Ministério da Educação nós devemos dizer que estamos com a meta cumprida, distribuindo 98 milhões de livros didáticos. Só no Nordeste neste ano 7 milhões de crianças estão recebendo material escolar para seus estudos. E, na parte do ensino técnico, das novas escolas técnicas, nós dizemos que as 200 escolas, que tínhamos como meta, muitas já estão funcionando; outras se encontram em fase de construção, como eu já disse neste programa certa vez.

Para terminar, eu gostaria de transmitir às brasileiras e aos brasileiros uma palavra de tranquilidade diante de notícias como as da última quinta-feira, que no interior do Paraná, na cidade de Apucarana, num ato isolado, um oficial que comandava um grupo de soldados tentou invadir a prefeitura local.

Quero dizer que esse ato não é sincero e de nenhuma maneira dentro de nenhum protesto aos nossos projetos de abertura política nem à transição democrática.

Como eu tenho dito, as Forças Armadas têm sido um grande sustentáculo da transição democrática. E elas têm ajudado, e nós não temos tido nenhum problema com as Forças Armadas, que têm respaldado e ajudado o Governo a vencer as dificuldades que nós temos sempre em todo o processo de transição democrática.

O país não está disponível para qualquer ato que possa significar um perigo para nosso projeto democrático. O Brasil hoje é uma democracia, todos se subordinam às nossas leis, desde o Presidente da República até o cidadão mais modesto.

Eu não posso terminar este programa sem a minha palavra de otimismo. Otimismo que tem sido constante em todos esses dias, esses meses, anos de muita luta, mas também de muito desafio, desafio que nós temos procurado enfrentar e que cada vez temos a certeza de que vamos cumprir aquela missão de entregar o Brasil restaurado na sua democracia, depois de termos atravessado um período difícil entre o regime autoritário e uma plenitude democrática.

Eu posso dizer, confiante, que nós vamos superar todas as dificuldades com trabalho, com dedicação e com otimismo.

Bom dia a todos e muito obrigado e até a próxima sexta-feira.